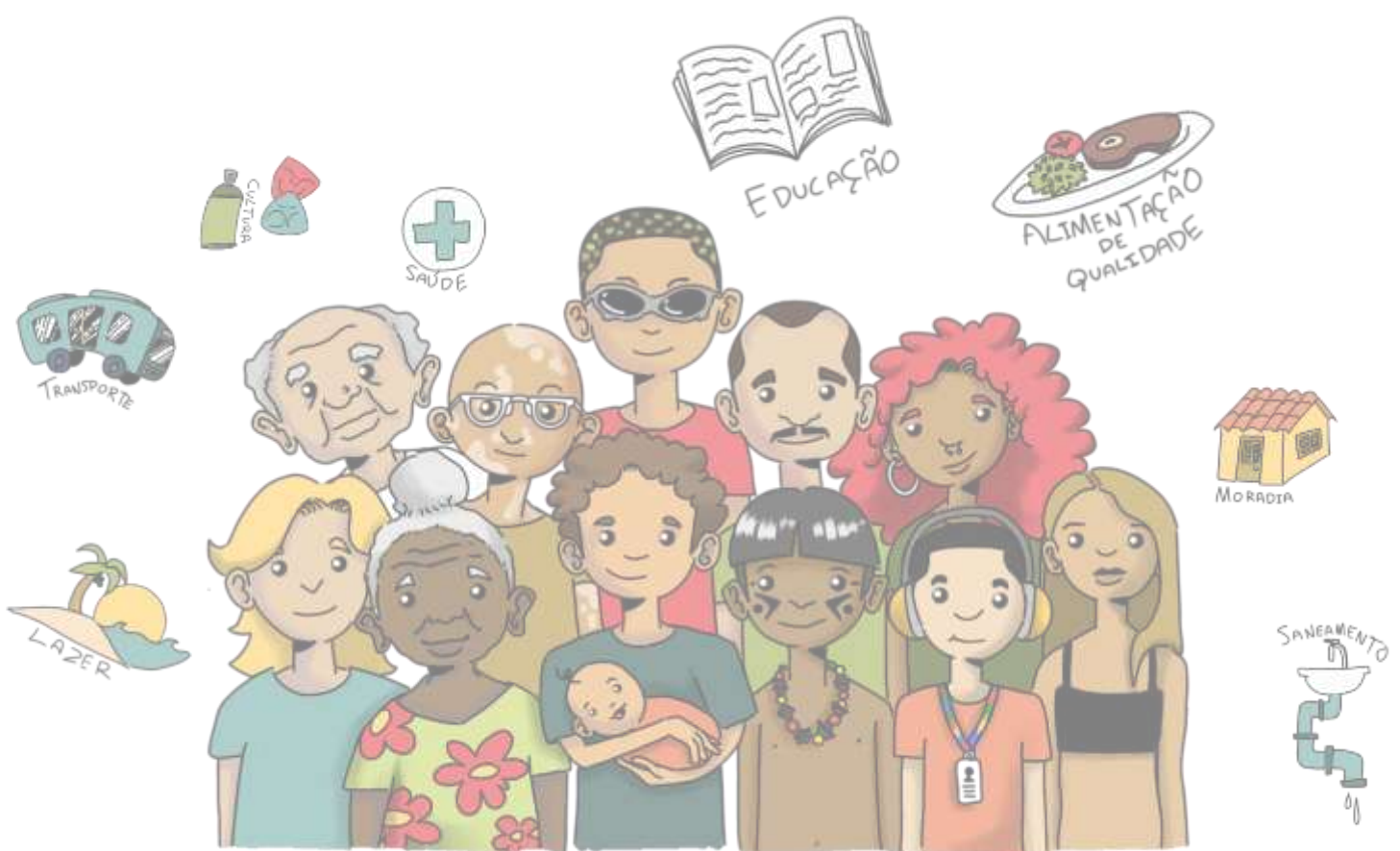


Carta das Juventudes da REAVER pelo Direito Humano à Água e pela Justiça Socioambiental



Das diversas vozes que compõe esse movimento...



Nós, juventudes organizadas na **Rede Ambiental de Valorização de Ecosistemas em Restauração – REAVER**, viemos por meio desta carta expressar nosso desabafo e profunda preocupação com o *Racismo Ambiental* que sofremos e enfrentamos cotidianamente, especialmente quando este se revela na falta de acesso à água potável.

Estamos presentes em quatro estados do nordeste: **Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte e Maranhão**. Construimos nossas lutas por meio da arte, da cultura, dos afetos e da valorização de nossas ancestralidades. Pautamos a sustentabilidade a partir da relação de interdependência entre os seres humanos e a natureza, compreendendo que essa conexão é essencial para garantir um futuro saudável. Nossa mobilização acontece desde o momento em que nascemos nos mais diversos territórios nordestinos, onde por vezes, a atenção e a execução de políticas públicas socioambientais que protegem todas as formas de vida são negligenciadas.

Portanto, reivindicamos que **as candidaturas às eleições de 2026 se comprometam** com a luta cotidiana diante das consequências do Racismo Ambiental, que são:

1. Falta de saneamento básico de qualidade;
2. Omissão na demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais, além da valorização de povos indígenas, seja em contexto urbano ou não;
3. Ausência de uma educação ambiental crítica e transformadora dentro dos territórios;
4. A fragilidade na proteção aos biomas brasileiros, com especial atenção à caatinga, bioma primordialmente nordestino;
5. Revogação da pulverização aérea de agrotóxicos;
6. Respeito às Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);
7. Falta de regulação mais rigorosa de empreendimentos impactantes à vida (humana e não humana).

Durante mais de 2 (dois) anos de atuação em rede, desenvolvemos diversas atividades na tentativa de mitigar os efeitos do descaso citado aqui até agora. Se tratando mais especificamente da qualidade da água, identificamos que, nos

quatro estados, as soluções construídas pelas juventudes fortalecem a defesa desse direito e evidenciam a urgência de políticas públicas permanentes.

Algumas das atividades desenvolvidas foram: Marcha do Saneamento no Ceará, problematizando o saneamento precário em um dos bairros com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de Fortaleza; o Circuito Poty, que promoveu reflexões sobre a importância dos corpos hídricos, com ações de limpeza nos rios Jundiá e Pitimbú, em Natal, Rio Grande do Norte; No Maranhão, integrantes da REAVER fazem a sensibilização sobre a preservação da Bacia do Rio Jeniparana; e no Piauí, a promoção de oficinas e práticas sustentáveis sobre produção e conservação ambiental, envolvendo o uso responsável da água.

Nossas experiências evidenciam que as desigualdades estruturais de nossa sociedade são demonstradas fortemente pelo racismo ambiental, tendo em vista a forma como os impactos da degradação ambiental são distribuídos nos territórios, fazendo com que nossos corpos, majoritariamente negros, sejam mais expostos à contaminação das águas, à precarização urbana, aos alagamentos e outros desastres ambientais advindos da ausência de políticas públicas.

Referente à falta de acesso à água potável, além de doenças, há prejuízos na agricultura familiar, no aumento da insegurança alimentar, na maior sobrecarga às mulheres, que em sua maioria, são responsáveis pela alimentação dentro dos lares, e a permanência de famílias, que, devido à escassez de água, tem levado comunidades a deixarem seus modos de vida e territórios.

Esse contexto está ligado à falta de saneamento básico que compromete ainda o direito à educação. Em todo o Nordeste, crianças e adolescentes que adoecem devido à água contaminada podem perder de 2 a 3 dias de aula a cada episódio de diarreia, acumulando em média dois anos a menos de escolaridade (Trata Brasil, 2026).

No entanto, ao contrário de termos engajamento de parlamentares no sentido de sanar esses problemas, temos visto o enfraquecimento da proteção ambiental em nosso país. O Congresso Nacional aprovou o PL nº 2.159/2021, conhecido como PL da

Devastação, onde flexibiliza as regras do licenciamento ambiental e facilita a autorização de empreendimentos com potencial de causar fortes impactos ambientais. Nos 4 estados aqui mencionados, temos parlamentares que votaram a favor desse absurdo retrocesso à proteção ambiental.

No que se refere ao saneamento básico, fator determinante para o acesso à água de qualidade, o Nordeste segue historicamente com grandes desafios. Segundo dados do Trata Brasil (2025), o **Ceará** registrou 12.222 internações por Doenças Relacionadas ao Saneamento Ambiental Inadequado (DRSAI) em 2024, sendo o terceiro estado do Nordeste com maior número de casos, o que representou mais de R\$ 5,1 milhões em custos para o Sistema Único de Saúde (SUS). No **Maranhão**, a situação é ainda mais grave: o estado perde mais de 55% da água distribuída, investe apenas R\$ 21,45 reais por habitante e registrou 32,1 mil internações por DRSAI, destacando-se negativamente como o líder em internações na região nordeste por doenças feco-orais.

O **Piauí** em termos percentuais de acesso à rede geral de coleta de esgoto, apresentou 83,2% de domicílios sem esse serviço, liderando negativamente esse ranking na região Nordeste. Desse modo, apresentou 20,835 casos de internações a cada dez mil habitantes, tendo também como principal causa as doenças feco-orais. O **Rio Grande do Norte** apesar de ter o menor número de internações, tem 70,3% da população sem acesso à coleta de esgoto e ocupa o 3º lugar em taxas de mortes no país por saneamento inadequado. Sendo o estado com maior parte das internações e óbitos por doenças de transmissão feco-oral.

Diante dessa realidade, nós, juventudes nordestinas organizadas em rede, exigimos que todas as candidaturas assumam compromissos públicos com as seguintes ações:

- Universalizar e garantir acesso à água potável;
- Implementar e ampliar programas de convivência com o semiárido;
- Priorizar investimentos no saneamento básico e nas comunidades tradicionais;
- Assegurar consulta prévia e proteção dos territórios antes da implantação de grandes empreendimentos que possam afetar seus territórios;

- Acelerar a demarcação e a proteção das terras indígenas, quilombolas e de outras comunidades tradicionais;
- Garantir a participação das juventudes nas decisões sobre as políticas ambientais e de gestão da água.

Por fim, queremos que cada candidato verbalize e mostre em seu **plano de ação governamental** ações concretas e verificáveis no sentido de buscar reverter todas as mazelas socioambientais aqui mencionadas e que são reflexo da condição histórica de Racismo Ambiental nesse país. As juventudes da REVER acompanharão os compromissos assumidos durante esta campanha e cobrarão sua implementação ao longo dos próximos anos. O direito humano à água não pode ser tratado como promessa eleitoral, mas como obrigação constitucional e compromisso ético com a vida.

Fortaleza, Ceará, 04 de agosto de 2026